



O que pode significar estar e viver fora do eixo? Sem (cons)ciências próprias?

What could it mean to be and live outside the axis?
Without one's own (con)science?

¿Qué significaría estar y vivir fuera del eje? ¿Sin consciencia propia?

Marcos Aurelio Saquet¹ 

Resumo

O que pode significar estar e viver fora do eixo é um tema de alta relevância social e acadêmica, porque estamos nos referindo ao longo processo de concentração da produção do conhecimento científico em alguns países, notadamente, na Europa e nos EUA e, quando nos referimos ao Brasil, o eixo hegemônico – na geografia – está nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro. Então, nosso objetivo é refletir sobre alguns significados políticos, culturais e epistêmicos de estar e viver fora das universidades ali localizadas. Nós, que estamos fora do eixo, muitas vezes, pesquisamos com poucos recursos financeiros e muita doutrinação partida, justamente, dos centros hegemônicos do conhecimento científico. A partir desta reflexão feita no início do texto, mostramos uma alternativa ao eurocentrismo e universalismo das teorias e métodos reproduzidos a partir do Rio de Janeiro e de São Paulo, revelando aspectos de como estamos trabalhando na relação universidade-território, integrando ciências, saberes e fazeres populares por meio da pesquisa-ação-participativa. Uma das principais aprendizagens que vivemos até agora confirma a necessidade de subversão científica e política, produzindo-se conhecimentos para e com as pessoas das classes trabalhadoras, do campo e da cidade, bem como para e com os povos originários.

Palavras-chave: hegemonia; universidade; contra-hegemonia; fora do eixo; ciências.

Abstract

What it might mean to be and live outside the axis is a topic of high social and academic relevance, because we are referring to the long process of concentration of scientific knowledge production in some countries, notably in Europe and the United States. When referring to Brazil, the hegemonic axis—geographically—is in the capitals of São Paulo and Rio de Janeiro. Therefore, our objective is to reflect on some of the political,

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Brasil. Pesquisador do CNPq. Coordenador do NAPI Alimento e Território – Fundação Araucária. E-mail: saketmarcos@hotmail.com.

cultural, and epistemic meanings of being and living outside the universities located there. We, who are outside the axis, often conduct research with limited financial resources and extensive indoctrination, precisely from the hegemonic centers of scientific knowledge. Based on this reflection at the beginning of the text, we present an alternative to the Eurocentrism and universalism of theories and methods reproduced from Rio de Janeiro and São Paulo, revealing aspects of how we are working on the university-territory relationship, integrating science, knowledge, and popular practices through participatory action research. One of the main lessons we have learned so far confirms the need for scientific and political subversion, producing knowledge for and with people from the working classes, from the countryside and the city, as well as for and with indigenous peoples.

Keywords: hegemony; university; counter-hegemony; off-axis; sciences.

Resumen

El significado de estar y vivir fuera del eje es un tema de gran relevancia social y académica, ya que nos referimos al largo proceso de concentración de la producción de conocimiento científico en algunos países, especialmente en Europa y Estados Unidos. En el caso de Brasil, el eje hegemónico —geográficamente— se encuentra en las capitales de São Paulo y Río de Janeiro. Por lo tanto, nuestro objetivo es reflexionar sobre algunos de los significados políticos, culturales y epísticos de estar y vivir fuera de las universidades ubicadas allí. Quienes estamos fuera del eje, a menudo realizamos investigaciones con recursos financieros limitados y un amplio adoctrinamiento, precisamente desde los centros hegemónicos del conocimiento científico. Con base en esta reflexión al inicio del texto, presentamos una alternativa al eurocentrismo y al universalismo de las teorías y métodos reproducidos desde Río de Janeiro y São Paulo, revelando aspectos de cómo trabajamos en la relación universidad-territorio, integrando ciencia, conocimiento y prácticas populares mediante la investigación-acción participativa. Una de las principales lecciones que hemos aprendido hasta ahora confirma la necesidad de la subversión científica y política, de producir conocimiento para y con la gente de las clases populares, del campo y de la ciudad, así como para y con los pueblos indígenas.

Palabras clave: hegemonía; universidad; contrahegemonía; fuera de eje; ciencias.

Introdução

Evidentemente, um tema como este pode inspirar diferentes interpretações, então, nós precisamos esclarecer desde o início que estamos nos referindo à uma questão de poder e de histórica dominação pluridimensional, ou seja, político-econômica, cultural e ideológica. Esta dominação foi construída por uma série de estratégias e mecanismos

definidos por sujeitos do norte, notadamente, da Europa, pelos conquistadores e exploradores espanhóis e portugueses, a partir do final do século XV e início do XVI. Trata-se de um movimento já muito bem conhecido, transterritorial, trans-multipolar e transtemporal de expansão do modo capitalista de produção, processo que mudou o mapa e os distintos conteúdos pluridimensionais do mundo.

Para esta reflexão, no entanto, vamos nos ater à alguns aspectos político-culturais que envolvem a constituição das ciências ditas “modernas” ou “pós-modernas”, que estão no âmago da conquista, exploração, dominação, escravidão, enfim, da inferiorização, do sofrimento, do ocultamento e da morte do outro. Os saberes e os fazeres do colonizado são queimados, invisibilizados, tornados “bárbaros” diante dos considerados “civilizados” trazidos do norte colonizador. Trata-se de um movimento de larga duração, judaico-cristão, greco-romano, luso-hispânico, filosófico, religioso, político, econômico e cultural, de imposição e controle, também patriarcal e racista, que adentraram as veias, os músculos, os ossos e as mentes dos povos originários da Abya Yala e dos africanos aqui tornados escravos por mais de três séculos.

Criaram-se outras severas e violentas fronteiras, estados, regras, valores, comportamentos, ritos e mitos, sempre na direção da continuidade da colonização e da inferiorização, movimento tão bem denominado, por Aníbal Quijano, de colonialidade, perpetuando-se estratégias e mecanismos até os dias atuais, em distintas territorialidades de dominação e conquista, de lesta a oeste, do norte para o sul. A colonialidade está contida no movimento da “modernidade/racionalidade”, no âmago das relações de poder mundiais que envolvem o ser e o saber (Quijano, 2000, 2007, 2011). Então, há colonialidades – no plural-, como assevera Castro-Gómez (2015), do ser, do poder e do saber, num amplo e complexo movimento de expansão do modo capitalista de produção que envolve conhecimentos hierarquizados e especializados, em que o pesquisador observa e traduz a realidade para a sociedade sob as condições dos “poderes globais”.

No âmbito filosófico e científico, mesmo onde se permitiu criar universidades, na chamada “América Espanhola”, os cânones europeus foram dominantes e reproduzidos; no “Brasil Colônia” portuguesa, os saberes e fazeres dos povos originários foram quase totalmente sotterrados, mesmo antes da criação das primeiras escolas, incluindo as universidades.

Então, histórica e geograficamente, no mapa da conquista, da colonização e das colonialidades, estar fora do eixo significa estar à margem, invisível, num mundo inferior e condenado, como afirmara muito bem Fanon (2005 [1961]); significa dependência e subordinação, controle e punição, imposição e repressão, nas diversas dimensões sociais e biológicas da nossa vida cotidiana, implicando na degradação do outro, incluindo, claro, nossas naturezas orgânica e inorgânica, apropriadas e exploradas sem qualquer escrúpulo, num amplo e complexo movimento de tentativa de dominação da natureza por meio da ciência e da tecnologia.

O que deveria significar a vida, pode significar a morte, como tem significado, ao largo dos anos, para milhões de pessoas mortas em guerras (militares, geopolíticas, econômicas, religiosas ...), de doenças e de fome. Produz-se muitos alimentos, das mais variadas cores e sabores, porém, para poucas pessoas; produz-se muitos medicamentos, porém, para poucas privilegiadas pessoas; produz-se, sim, ciências e tecnologias necessárias para muitos e muitas, no entanto, normalmente, estas também estiveram e estão restritas a alguns círculos hegemônicos, no tempo e no espaço, atualmente, controladas por poderosíssimas empresas transnacionais e/ou por grupos de intelectuais que se apropriaram privadamente de laboratórios e outras parcelas acadêmicas; assim, reproduzem fielmente teorias e métodos dogmáticos, alguns mascarados por narrativas “críticas” (Saquet, 2022, 2024).

Lá onde poderíamos produzir ciências e filosofias para as pessoas tão sofridas, das classes sociais trabalhadoras, dos campos e das cidades, para os povos originários e tradicionais, ou seja, nas universidades, em especial nas públicas e grátis, alguns grupos foram se instalando e transformando o público em patrimônio privado, ditando “verdades” absolutas, regras, seus pensamentos, teorias, categorias e conceitos, como se todos e todas devessem aplicar e replicar o que os/as (auto)considerados/as “iluminados/as” definem como válido cientificamente. Por isto, poucos/as se tornam os/as tradutores/as das “verdades” europeias e norte-americanas para os discípulos, condenados/as a imitar os mestres. Aluno/a bem-formado/a, que cumpre o “dever de casa”, obedece, torna-se fiel reproduutor/a das traduções feitas pelo mestre que estudou na Europa ou teve acesso à literatura daquele continente.

Então, estar e viver fora do eixo hegemônico do conhecimento, mesmo lá onde se produz ciências ditas sociais e humanas, muitas vezes, significa exclusão, invisibilidade,

ocultamento, controle, subordinação; significa ameaças aos desobedientes que pensam e trabalham de forma diferente; corresponde a retaliações acadêmicas e financeiras. Como pode alguém pensar e viver diferente tendo em vista o universalismo e eurocentrismo do conhecimento científico e filosófico? Será que é possível produzir ciências outras, com tantas “verdades” absolutas já produzidas por pesquisadores norte-americanos, europeus, da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF) etc.?

Universidades, ciências e conhecimentos outros

É possível construir universidades outras, talvez, pluriversidades comunitárias, populares, originárias e próprias, com autonomia decisória, coproduzindo conhecimentos e soluções para as pessoas tão sofridas? Será que é possível produzir redes de saberes-fazeres e de soberania alimentar para cuidar muito melhor da população que não tem o que comer – qualitativamente - no seu dia-a-dia?

Nós acreditamos que outras filosofias e ciências são possíveis e, mais do que isto, são urgentes, construídas horizontal e dialogicamente, participativa e popularmente, sentipensando e sentifazendo, como afirmara muito bem Orlando Fals Borda, concepção por nós denominada de ciência territorial popular, feita para e com os sujeitos de cada projeto, sem coisificação do outro, numa relação sujeito-sujeito, como estamos tentando teorizar e praticar, simultaneamente, no Novo Arranjo de Pesquisa e Inovação, NAPI Alimento e Território – financiado pela Fundação Araucária (2022-2026).

Ciência territorial que tem uma das suas bases na concepção de “ciência popular” e “própria” (Fals Borda, 1981, 2006 [1980], 2015 [1970]; Bonilla; *et al.*, 1972), pois essa reúne sabedoria e tradição, empiria e reflexão, teoria e prática, cultura e ideologia, construída a favor das massas populares, qualificando-nos, política e intelectualmente, na teoria e na prática, simultaneamente.

Obviamente, tivemos e temos consciências, filosofias e ciências outras, desejos e necessidades, criatividade e responsabilidade, porém, construídas de outro jeito, com outros objetivos, procedimentos, saberes e fazeres, com outras sensibilidades e territorialidades. Nossos corpos são mais do que territórios em disputa, normalmente, violentados de distintas formas (i)materiais (objetivas/subjetivas, físicas/espirituais),

conforme indica Saquet (2019a): são emoções e razões, carnes e ossos, pensamentos e outras ações, visões e diferenças, identidades e reciprocidades, conflitos e disputas e, ao mesmo tempo, fraquezas e forças, terra e água, gente e cosmo, enfim, somos muita energia, embora, muitas vezes, sofrida, dilacerada, torturada, mal tratada transtemporal e transterritorialmente, sem deixar de ser potência para viver bem.

Somos poeira que estava e está no cosmo, bem como na formação dos planetas; somos ferro e cálcio originados nas estrelas, e silicatos, níquel, alumínio, nitrogênio, fósforo, hidrogênio, carbono e oxigênio que estava por aí há pelo menos 4,5 bilhões de anos (Randall, 2022). Vida extremamente delicada e complexa, resultado e condição de um equilíbrio fantástico. Equilíbrio quebrado, seja naturalmente, seja socialmente, há irrupções e mudanças que podem comprometer as formas de vida que conhecemos. Como nossos corpos são energia, também envelhecem e colapsam! E isto ocorre no âmbito do lugar, do território, em sua transtemporalidade e trans-multiplicidade do cosmo. E é ali, no cosmo, onde se produz energia, nas galáxias, nas estrelas, entre os gases e as poeiras; energia que significa nossa vida (Randall, 2022), criando “*puentes cósmicos*” relacionais indispensáveis para o equilíbrio do universo (Estermann, 2013).

Cuidar, então, dos nossos corpos, significa cuidar de tudo isto e muito mais, de percepções e sentimentos, imagens e subjetividades, concepções e emoções, numa complexa teia de ondas e conexões que, normalmente, não conseguimos ver e compreender minimamente. E isto é muito difícil, então, trabalhamos no nível do aparente e imediato da cotidianidade concebida num movimento ininterrupto, des-contínuo de ser-passado-futuro, em que o presente é muito volátil, fugaz e efêmero. Este cuidado precisa ser, necessariamente, trans-multiplicar, transtemporal e pluridimensional, bem como o mais horizontal possível, com respeito, participação, diálogo, reflexão e coprodução de interpretações, gestões e soluções – apesar dos inúmeros limites que enfrentamos todos os dias (ali também está a gestão territorial do cuidado e, claro, da vida = *buenes vivires*).

Aos poucos, em cada projeto de pesquisa-ação-participativa já realizado, fomos transformando princípios éticos e políticos, como alimentação, participação, sustentabilidade, interinstitucionalidade e interdisciplinaridade, em práxis de muita imersão social e compromisso político com as pessoas envolvidas conosco, seja para pesquisar, seja para formar, seja para cooperar com outras ações. Para tal, a concepção de pesquisa-ação teve que ser, necessariamente, horizontal e versátil, dialógica e transversal,

materialista e imaterialista, considerando um movimento, simultaneamente, transtemporal, trans-multiplescalar, pluridimensional e transterritorial. Movimento feito dentro e fora da universidade para construir os projetos e para coexistir formação, pesquisa e colaboração em cada tempo-território de atuação.

Cedo aprendemos, mais precisamente desde 1996, em nossa práxis territorial e com referências como Loera González (2015) e Cichoski (2025), que não podemos trabalhar com receitas metodológicas, mas sim com aprendizagens e versatilidade, inovando e construindo em meio aos sabores e dissabores da vida, aos conflitos e às identidades, combinando tradição e inovação em cada projeto de pesquisa-ação-participativa.

Como afirmara coerentemente Castro-Gómez (2015), numa perspectiva transdisciplinar, como essa que estamos argumentando, não podemos nos limitar à troca de informações entre diferentes disciplinas; é urgente e cada vez mais necessário, incorporar saberes ancestrais e populares, ligando-se diferentes formas de conhecimento, sem as convencionais hierarquias e separações das ciências norte-eurocêntricas racionalistas e universalistas.

La actitud predominante de la Modernidad occidental frente a la alteridad es una actitud de negación, oposición, incorporación, extirpación e instrumentalización. Se trata de una actitud eminentemente androcéntrica, en el sentido de una racionalidad analítica, conquistadora, instrumentalizadora y necrófila (Estermann, 2013, p. 2).

Está muito claro, desse modo, que a produção de conhecimentos outros é vital, considerando nossas raízes históricas, culturais, políticas e ambientais, potencializando cada aprendizagem secular que, muitas vezes sem ter clareza, acabamos reproduzindo de geração em geração. Assim, estar e viver fora do eixo hegemônico, sem prestar reverências, é estar e viver no chão de luta descolonial e contra-hegemônica!

E, uma das formas que estamos praticando está, ousadamente, no NAPI Alimento e Território (projeto de pesquisa-ação-participativa que coordenamos, já citado) pode ser assim resumida no que se refere à atuação da equipe da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) – Francisco Beltrão (Quadro 1).

Quadro 1 – Territorialização das ações de pesquisa e cooperação do NAPI Alimento e Território – equipe Unioeste, Francisco Beltrão (2023-25)

	NAPI e IDR Marmeiro e Francisco Beltrão	NAPI e PMO ¹ Francisco Beltrão	NAPI e COOPAFI ² Francisco Beltrão	NAPI e COOAFASP ³ Salgado Filho	NAPI e FEIRA LIVRE Francisco Beltrão
<i>Número de famílias</i>	12, todas dispersas no município de Marmeiro.	Cooperação via COOPAFI para a transição agroecológica e certificação; criação de 2 grupos de consumidores fidelizados.	16, todas dispersas no município.	22, todas dispersas no município.	2 famílias dispersas no município.
<i>Gestão territorial</i>	Em rede a partir do IDR entendido como um “nó” de reuniões, emanação de ações e articulação entre instituições do estado do PR. Comercialização individualizada definida por cada família camponesa.	Em rede a partir do NAPI entendido como um “nó” de reuniões, emanação de ações e articulação entre instituições do Paraná, de outros estados do BR e do exterior. As normas da certificação são as do PMO- TECPAR ⁴ . As normas da comercialização são definidas entre produtores/as e consumidores/as mediados pela gestão do NAPI.	Em rede a partir da COOPAFI entendida como um “nó” de encontro (conversas, vendas- compras, reuniões e oficinas), emanação de ações e articulação entre o estado (nível estadual), cooperativas e famílias da agricultura familiar. As normas cumpridas na comercialização são as da COOPAFI e dos mercados institucionais dos governos federal, estadual e municipal.	Em rede a partir da COOAFASP entendida como um “nó” de encontro (conversas, vendas- compras, reuniões e oficinas), emanação de ações, articulação entre o estado (nos níveis estadual e municipal) e cooperativas e famílias da agricultura familiar. As normas cumpridas na comercialização são as da COOAFASP e dos mercados institucionais dos governos federal e estadual.	Em rede por meio de relações diretas e individuali- zadas, com autonomia decisória das famílias sobre o que e como cultivar, sobre os preços e forma de venda. Enraizada, divulgando os produtos vendidos na feira e construindo um grupo de consu- midores fidelizados.

¹ Programa Paraná Mais Orgânico. ² Cooperativa da Agricultura Familiar. ³ Cooperativa da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná. ⁴ Instituto de Tecnologia do Paraná.

Fonte: Banco de Dados NAPI Alimento e Território.

Org.: Marcos Saquet, jan. 2025.

Como se pode observar no Quadro 1, trabalhamos com outras instituições do estado, como o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR) e o Paraná Mais Orgânico (PMO), e na interface entre o estado e a sociedade civil organizada por meio das cooperativas da agricultura familiar. Nesta gestão territorial do nosso envolvimento, por meio do encontro, do diálogo, da pesquisa, da formação e de outras formas de cooperação, estamos criando um campo de sinergias muito instigante e desafiador, pois inúmeras são as dificuldades cotidianas, tais como burocracia para gerir os financiamentos conseguidos, lentidão da transição agroecológica, carência de financiamentos específicos para tecnologias agroecológicas, falta de força de trabalho (especialmente jovem) no espaço rural dos municípios em questão, fragilidade política por parte dos consumidores urbanos que, largamente, preferem a comodidade da compra nos supermercados locais.

Um destaque necessário é que nós entendemos que as associações de camponeses e camponesas são fundamentais, juntamente com as ONGs, envolvidas em outras ações do NAPI Alimento e Território aqui mesmo no sudoeste e no litoral do Paraná, evidenciadas em outras oportunidades (Saquet *et al.*, 2024, 2025). Nossa imersão territorial é semanal, esforçando-nos para coexistir pesquisa e cooperação, pesquisando e colaborando ao mesmo tempo: aí, acreditamos eu estamos nos qualificando como pessoas partícipes de um mesmo movimento de luta a favor das comidas limpas de insumos químicos.

Será que estamos fazendo comunidade em cada município? Se sim, como, quais são os limites enfrentados e os avanços conseguidos? De que forma, em rede, nó-rede, rede-rede? Apesar dos esforços realizados entre fevereiro de 2023 e julho de 2025, em equalizar as relações e sinergias, ainda praticamos um descompasso significativo nas cooperações realizadas considerando o processo de pesquisa-ação-participativa, nosso método escolhido para a realização do NAPI Alimento e Território (Quadro 2). Para descolonizar, evidentemente, é preciso superar as facetas da colonização e colonialidade, tarefa de alta complexidade.

A gênese do NAPI Alimento e Território ocorreu durante os anos de 2021-2022, a partir da nossa vontade de construir um projeto de pesquisa-ação-participativa mais amplo, popularmente, dos projetos que já tínhamos realizado (Saquet, 2019a, 2019b, 2019c, 2019d). Foi aí que descobrimos a recente política pública da Fundação Araucária de criação dos Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (<https://www.iaraucaria.pr.gov.br/todos-napis/>), da

qual fomos muito bem esclarecidos pela equipe dessa Fundação. Inicialmente, participamos de um grupo de trabalho, intitulado NAPI Ciências Humanas, em que tentamos trabalhar para criar um projeto de pesquisa e inovação interdisciplinar, porém, diante da lentidão do processo e das substantivas diferenças de concepção de educação, pesquisa, extensão, inovação, desenvolvimento etc., acabamos avaliando que seria mais coerente tentar construir um projeto de maior coesão interna, considerando a intrínseca e necessária relação ensino-pesquisa-extensão. Foi assim que, no final de 2022, formamos outra equipe interdisciplinar e interinstitucional para construir o NAPI Alimento e Território.

Quadro 2 – Níveis de diálogo e cooperação internacional do NAPI Alimento e Território – equipe Unioeste, Francisco Beltrão (2023-24)

NÍVEIS	COOPERAÇÕES ESTADUAIS
<i>Muito fraco</i>	IDR-Francisco Beltrão, maioria dos/as camponeses/as de Marmeiro e Salgado Filho, Unicentro.
<i>Fraco</i>	CAPA ¹ -Verê, Embrapa ² – Francisco Beltrão, PPGSCF – Foz do Iguaçu.
<i>Bom/fluente</i>	Unioeste- Francisco Beltrão, poucos/as camponeses/as de Marmeiro e Salgado Filho; camponeses/as e consumidores/as de Francisco Beltrão, UNICAFES ³ – Francisco Beltrão e IFPR ⁴ – Paranaguá.
<i>Muito bom</i>	PMO – Francisco Beltrão, UTFPR ⁵ – Dois Vizinhos, UFPR ⁶ – Litoral, poucos camponeses/as de Francisco Beltrão e Salgado Filho.
<i>Ótimo</i>	IDR – Marmeiro, COOPAFI – Francisco Beltrão, COOAFASP – Salgado Filho, Feira do bairro Vila Nova – Francisco Beltrão, CIMMAD ⁷ – Francisco Beltrão.
NÍVEIS	COOPERAÇÕES INTERNACIONAIS
<i>Muito fraco</i>	Universidad Nacional de Colombia – Bogotá, UNIROMA III ⁸ .
<i>Fraco</i>	Universidad del Tolima, Universidad de Costa Rica.
<i>Bom/fluente</i>	Universidad Nacional de Colombia – Medellín, Universidad Nacional de La Plata.
<i>Muito bom</i>	Universidad Politécnica Salesiana - Quito, Università degli Studi di Teramo, Universidad de la República de Uruguay.
<i>Ótimo</i>	El Colegio de Tlaxcala e Universidad Autónoma Chapingo – México, Universidad de Caldas e Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, Università degli Studi di Torino, Università del Molise – Itália, Universidad Distrital Francisco José de Caldas – Bogotá.

¹Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia. ² Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. ³União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. ⁴ Instituto Federal do Paraná. ⁵Universidade Tecnológica Federal do Paraná. ⁶ Universidade Federal do Paraná. ⁷ Centro de Integração Madre Maria Domênica. ⁸Università Roma Ter.

Fonte: Banco de Dados NAPI Alimento e Território.

Org.: Marcos Saquet, 2025.

Ao longo da realização dos projetos supracitados, construímos relações de confiança interinstitucionais amplas e diversas, trabalhando na interface entre a universidade e a sociedade regional, entre ciências e saberes populares, valorizando os/as camponeses/as e demais inteligências territoriais, a formação de recursos humanos, a disseminação do conhecimento produzido em cada projeto, as ações participativas de (des)envolvimento comunitário e territorial, a produção agroecológica de alimentos e as redes curtas (especialmente diretas) de comercialização.

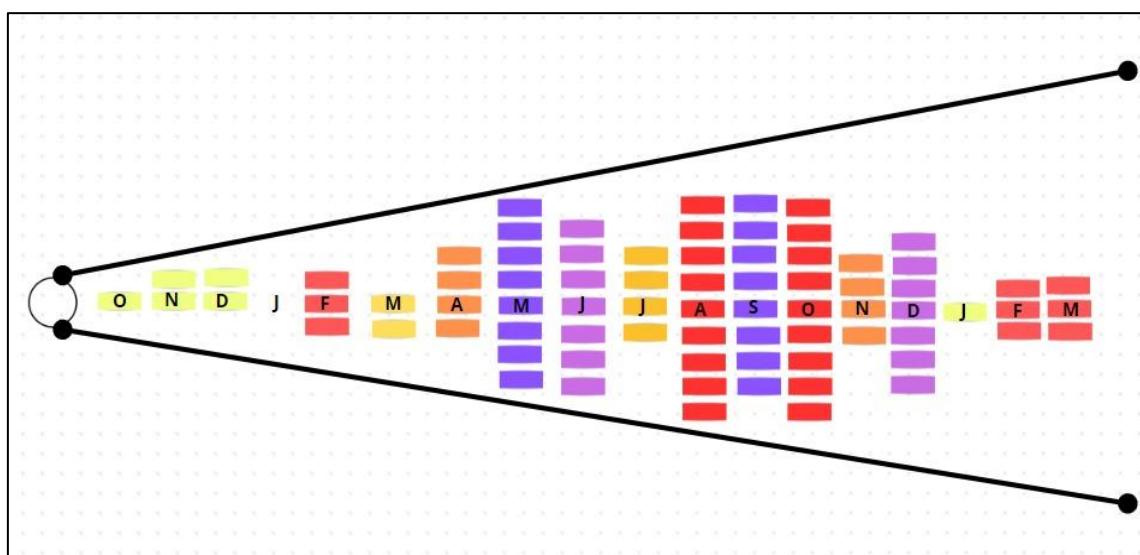
De modo geral, fomos ativando territorialidades muitas vezes adormecidas, no campo e na cidade, aproximando produtores/as de alimentos e consumidores/as urbanos/as, revendo conceitos e metodologias, e inovando sempre que necessário para que as pessoas envolvidas em cada projeto pudessem interagir e cocriar soluções vinculadas ao (des)envolvimento sustentável e à autonomia decisória. As conversas e oficinas sempre foram essenciais, para além dos questionários e das entrevistas, praticando-teorizando a horizontalidade sujeito-sujeito e diferentes níveis de participação social. Assim, fomos aprendendo que, as consolidadas fases de pesquisa-diagnóstico-ações, já não eram suficientes e coerentes: era necessário superá-las com versatilidade, dando centralidade à resolução de problemas imediatos.

O fato é que, em 2022, já tínhamos uma larga trajetória, complementada e enriquecida pelas aprendizagens dos nossos colegas do litoral do Paraná. Assim, o ano de 2023 foi de muito trabalho, incluindo férias e feriados, com muitas interlocuções entre os membros do NAPI em gestação e a equipe da Fundação Araucária, movimento que resultou na assinatura dos primeiros convênios em novembro de 2023 (Unioeste – Francisco Beltrão e UTFPR – Dois Vizinhos).

Nosso projeto fora aprovado em outubro de 2022 (Ato da Diretoria Executiva 177/2022 - FA), mês que consideramos o do nosso nascimento, numa espécie de “nó” temporal-espacial, passando de uma fase de conversas e redação, para a de pesquisa-ação-participativa, sem deixar de lado o diálogo e a escrita do que precisávamos: olhamos para diferentes lados e nos enraizamos no território do sudoeste do Paraná formando as primeiras redes de cooperação. Este movimento gerou distintas ações, sobretudo de gestão, multilaterais e multidirecionais, no entanto, coexistentes numa complexidade crescente, conforme representamos na Figura 1 (cada letra corresponde à inicial dos

meses entre outubro de 2022 e março de 2024, período no qual estabelecemos as principais cooperações que seriam consolidadas durante 2024 e 2025).

Figura 1 – Tramas transterritoriais e interinstitucionais da construção do NAPI Alimento e Território (10/2022-3/2024)



Fonte: Banco de Dados NAPI Alimento e Território.
Org.: Marcos Saquet, 2022-2025. **Digitalização:** Pâmela Cichoski.

Em dezembro de 2022 demos continuidade às reuniões internas e começamos a realizar os primeiros diálogos no sudoeste do Paraná, particularmente com nossa equipe da UTFPR – Dois Vizinhos, quando também contratamos nosso primeiro bolsista por meio de um edital cooperado entre a Fundação Araucária e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (Chamada 19/2022 – Programa Institucional de Apoio à Fixação de Jovens Doutores). Isto já serviu de base e ânimo para ampliarmos territorialmente as conversas, a partir de fevereiro de 2023, em especial com a equipe do CAPA – Verê e com colegas das Universidades de Turim e Molise (Itália) – prospectando cooperações futuras sobre o tema alimento e território -, momento em que também nos reunimos com os colegas do litoral do Paraná, no Campus da UFPR – Matinhos, para dialogar, debater e definir ações para o ano que se iniciava. A seguir, nos focamos na formação da equipe do sudoeste, selecionando e contratando os primeiros bolsistas via Fundação Araucária e, na prática, já iniciamos os mutirões e as oficinas na escola de ensino fundamental I – CIMMAD, na periferia urbana de Francisco Beltrão. Aos poucos, então, fomos tornando nossa territorialização de gestão mais complexa,

coexistindo cada vez mais, ensino, pesquisa e cooperação, numa constante crescente até o mês de maio 2023.

Estávamos atuando em diferentes níveis escalares, desde os estabelecimentos rurais e municípios, passando pelo estado do Paraná, com distintas redes brasileiras e estrangeiras, como ocorreu com colegas das Universidades de Chapingo e Tlaxcala (México), da Universidad de la Repúblida de Uruguay e da Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, movimento que culminou na criação do Grupo Internacional de Pesquisa-Ação-Participativa (GIPAP), do qual o NAPI Alimento e Território participa.

Ainda em maio de 2023, estabelecemos cooperações que também se mostrariam essenciais para nossa aterrissagem no território para pesquisa e cooperação, que foram as parcerias firmadas com a COOPAFI – Francisco Beltrão, COOAFASP – Salgado Filho e IDR – Dois Vizinhos. São duas cooperativas da agricultura familiar que fazem a intermediação entre as famílias que produzem alimentos e os programas institucionais do governo federal (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA/Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE) e um importante instituto de pesquisa do estado do Paraná, que presta assistência técnica aos/as agricultores/as. Perceba-se, então, que, aos poucos, fomos reunindo condições, por meio das cooperações, para pesquisar, formar (ensinando e aprendendo) e colaborar, tentando não sobrepor tarefas de outras instituições. A complementaridade e a tentativa de contribuir para resolver problemas, sempre foram duas das nossas metas de trabalho.

Neste contexto brevemente descrito, em junho expandimos as territorialidades internacionais com os convênios assinados com a Universidad Politécnica Salesiana – Equador e com as Universidades de Caldas e Pedagógica y Tecnológica de Colombia, iniciamos o diálogo com os sujeitos da Feira do bairro Vila Nova – Francisco Beltrão e com a equipe do IDR – Francisco Beltrão, ampliando nosso campo de sinergias a partir das diferenças institucionais, consolidando as bases para nossas pesquisas de campo em Salgado Filho, Marmeiro, Renascença, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos; os trabalhos de campo foram se tornando sempre mais sistemáticos (ora para escutar, conversar e pesquisar; ora para cooperar e pesquisar), principalmente, a partir das definição, por parte das diretorias da COOPAFI e da COOAFASP, das famílias que receberiam, gratuitamente, as sementes orgânicas do NAPI Alimento e Território.

Em meio às contradições políticas e outras importantes diferenças existentes entre instituições do estado e dos movimentos sociais, fomos nos territorializando, horizontal e respeitosamente, definindo nosso campo de cooperações no sudoeste e no litoral, integrando pesquisa e colaboração. Também conseguimos, em 2023 e 2024, conhecemo-nos melhor, com atividades conjuntas no litoral e no sudoeste do Paraná, integrando-nos como IES e pessoas nos territórios de pesquisa-ação; em agosto de 2023, iniciamos intercâmbios com as Universidades Católica de Temuco e Alberto Hurtado, ambas do Chile.

No mesmo movimento ondulatório (multilateral e multidirecional) – acompanhando as ondas do espaço-tempo – de coexistir formação, pesquisa e cooperação, em setembro de 2023, realizamos uma importante oficina em Marmeiro, com a equipe do IDR daquele município; ali distribuímos as sementes orgânicas conforme as demandas e vontades das famílias camponesas, processo que resultou nas primeiras colheitas de hortaliças e legumes, em Francisco Beltrão, em setembro de 2023! E, como começamos, lentamente, a colher distintos frutos do nosso trabalho, iniciamos a pesquisa sobre as feiras livres do sudoeste do Paraná tendo em vista, claro, futuras mediações para a comercialização em redes curtas e diretas.

Desse modo, outubro ainda foi um mês de intensas articulações territoriais, nos níveis local, regional, estadual e internacional, debatendo e qualificando nossa compreensão da gestão interinstitucional do NAPI, aumentando a intensidade das pesquisas de campo e iniciando o levantamento de dados sobre possíveis consumidores, na cidade Francisco Beltrão, a maior do sudoeste do Paraná. No mês seguinte, iniciamos a pesquisa de 10 cooperativas da agricultura familiar vinculadas à UNICAFES – PR e avançamos, na necessária aterrissagem, por meio das oficinas realizadas em Salgado Filho, Dois Vizinhos e Francisco Beltrão, aproximando-nos das famílias camponesas, tentando colaborar com conhecimentos técnicos-acadêmicos e incentivando as práticas agroecológicas. Terminamos o ano de 2023, com o mesmo ritmo intenso de trabalho de pesquisa, formação e cooperação, com destaque ao movimento que fizemos para criar um grupo de consumidores fidelizados na Unioeste – Francisco Beltrão (cotidianamente, chamado de grupo das cestas), à continuidade da distribuição das sementes orgânicas e das matrizes de batata-doce, consolidando parcerias muito importantes, com o IDR – Marmeiro, com a UNICAFES – PR e com o PMO – Francisco Beltrão.

Como em qualquer processo desta natureza, tivemos muitas dificuldades e não foi rápido nem fácil ultrapassar os limites encontrados no caminho de conversação. Algumas cooperações foram mais ágeis e tranquilas, outras mais lentas e complexas, caracterizando ritmos e oscilações, mas num contínuo movimento de integração entre instituições do estado e dos movimentos sociais, entre famílias campesinas e consumidores/as urbanos/as, entre professores/as e estudantes, pesquisadores/as e líderes comunitários/as, enfim, entre a universidade e a sociedade civil organizada.

E, para demonstrar as ondas e oscilações desse processo, tentamos diferenciar diálogos e interações mais fortes e sistemáticos, de outros mais frágeis e superficiais que ainda não conseguimos consolidar, no nível estadual, como ocorre na interação com a equipe do IDR – Francisco Beltrão, com o CAPA – Verê e a Embrapa – Francisco Beltrão. Há destaque, de modo geral, para as relações e cooperações no estrato entre “bom/fluente” e “ótimo”, o que significa, no mínimo, que a maior parte dos diálogos foram profícios e renderam alguma forma de colaboração entre o NAPI e as citadas instituições e sujeitos (Quadro 2). Entre as instituições, avançamos mais, tendo como “nó” irradiador a equipe da Unioeste-Francisco Beltrão, sistematicamente, consolidando distintas cooperações com o PMO – Francisco Beltrão, a UTFPR – Dois Vizinhos, a UFPR – Litoral, o IDR – Marmeiro, a COOPAFI – Francisco Beltrão, a COOAFASP – Salgado Filho, a Feira do bairro Vila Nova – Francisco Beltrão e o CIMMAD – Francisco Beltrão. Já nas relações mais individualizadas, embora tenham sido construídas por meio das mediações institucionais, foram “boas” ou “muito boas” com alguns/as poucos/as camponeses/as de Francisco Beltrão e Salgado Filho. São territorialidades densas e rarefeitas, sistemáticas e pontuais, que, entre outros fatores, foram condicionadas pelas condições de mobilidade nos municípios e pela vontade (ou não) dos sujeitos de se integrar conosco a partir da nossa proposta de pesquisa-ação-participativa.

No nível internacional, também conseguimos aprofundar, de forma continuada, a cooperação teórico-metodológica e científica, com algumas equipes de pesquisa-ação congêneres, principalmente, da Universidad Distrital Francisco José de Calcas – Bogotá, Universidad de Caldas - Manizales e Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, da Universidad Politécnica Salesiana - Quito, do El Colegio de Tlaxcala e Universidad Autónoma Chapingo – México, da Università degli Studi di Torino, Università del Molise e Università degli Studi di Teramo, estas últimas, da Itália.

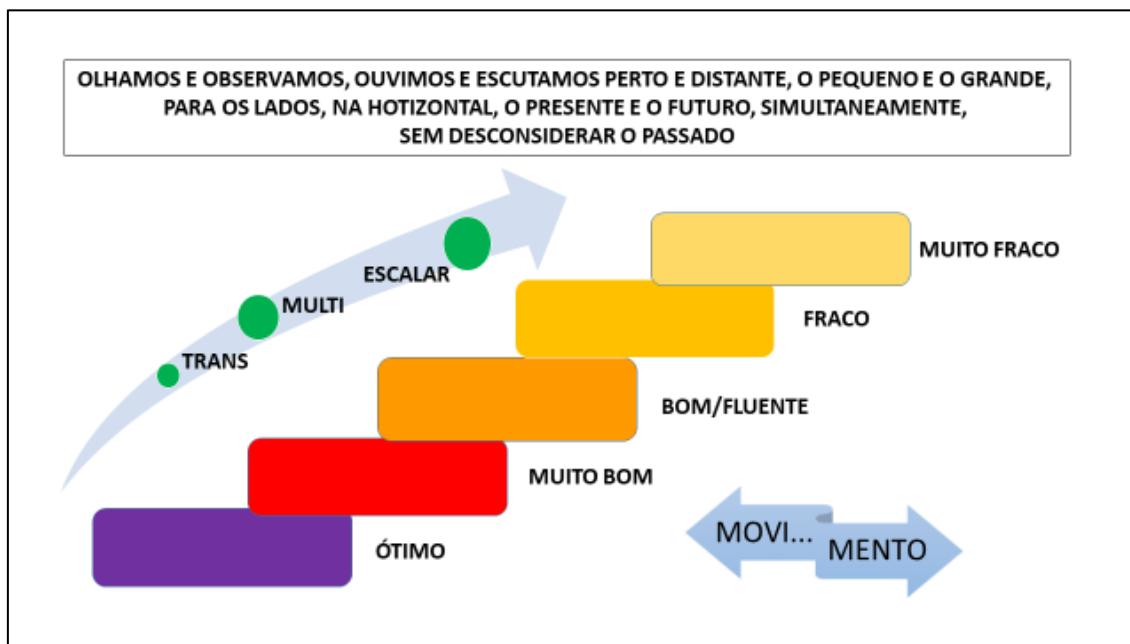
Conforme se percebe no Quadro 2, nossas interações de reciprocidade também têm distintas intensidades, nos níveis estadual e internacional, aspecto muito normal diante da grande quantidade de trabalho que temos todos os dias, no ensino e na pesquisa-ação-participativa. Considerando as cooperações previstas no início do NAPI Alimento e Território, em novembro de 2022, construímos relações mais superficiais e pontuais e, outras, mais sistemáticas e profundas, quiçá consolidadas a favor do NAPI, das IES e dos programas de pós-graduação nos quais trabalhamos, a saber o Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (Unioeste – Foz do Iguaçu), em Desenvolvimento Territorial Sustentável (UFPR – Litoral), em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR), em Agroecossistemas (UTFPR – Dois Vizinhos) e em Ciência, Tecnologia e Sociedade (IFPR - Paranaguá). São diferentes escalas de ação, de formação, aprendizagem, pesquisa e cooperação, sem se desligar do lugar onde vivemos e trabalhamos.

Desse modo, diante das diferentes possibilidades de compreender, representar e explicar o tema e a problemática pesquisada, optamos, desde o início, pelo destaque à escala local, sem se desligar das territorialidades e conexões regionais, estaduais e internacionais. Ao longo dos anos, demos e damos centralidade às redes de circulação e comunicação, isto é, à trans-multiescalaridade e transterritorialidade, justamente porque também as consideramos fundamentais, seja para compreender e explicar, seja para resolver problemas por meio da cooperação e solidariedade. Na práxis, estamos lá e cá, em distintos territórios, ensinando-aprendendo, pesquisando horizontalmente e se esforçando para coproduzir soluções na interface universidade-território, sociedade-natureza, local-internacional, ciências-saberes populares, estado-sociedade civil organizada (Figura 2).

E mais, apesar das dificuldades constantemente encaradas todos os dias, acreditamos que estamos contribuindo para construir uma Ciência Territorial Popular e Sustentável (CTPS), feita por meio da Pesquisa-Ação-Participativa (PAP) como uma das maneiras que conhecemos para in(sub)verter as teorias, os métodos e os modelos metodológicos norte-eurocêntricos (Saquet, 2019b, 2019c, 2023, 2024). Na CTPS, esforçamo-nos para coexistir concreto-abstrato, partículas-ondas, grande-pequeno, próximo-distante, universidade-território, sujeitos-grupos-associações-cooperativas, enfim, pesquisa-ação. Na CTPS o método não está restrito à mente e ao pensamento: está

na mente-coração, no sentipensar-fazer com as pessoas de cada projeto, em especial, das classes e grupos sociais mais vulneráveis.

Figura 2 – Construção e gestão transterritorial do NAPI Alimento e Território – a partir da equipe da Unioeste – Francisco Beltrão



Org.: Marcos Saquet, jan. 2025.

Para isto, precisamos observar, compreender e explicar “desde a obscuridade” e não a partir do iluminismo europeu, colocando em pauta as necessidades dos povos e grupos agredidos e violentados (Martínez Sinisterra, 2019). É necessário subverter, ou seja, romper a dominação e opressão, a imitação e os modelos científicos norte-eurocêntricos, universais e globalizantes, racionalistas e academicistas. Então, sempre tentamos pensar com o coração e sentir com a mente, ou seja, esforçamo-nos para “corazonar”, contribuindo para revitalizar memórias, saberes, fazeres, e para solucionar problemas a favor da sustentação da vida de todos e todas (Guerrero Arias, 2010), num processo que favorece, claramente, as cosmovisões, facilitando a compreensão e valorização de outras formas de sentir e viver (Pérez Moreno, 2019). Trata-se, portanto, conforme vimos insistindo em nossas publicações, de um processo descolonial e contra-hegemônico, simultaneamente, realizado na práxis territorial, integrando consciência de classe e de lugar (Saquet, 2017).

Nossa CTPS é mais do que uma reflexão teórico-conceitual e metodológica, pois está sendo realizada na práxis, aliás, é um dos resultados dos projetos de pesquisa-ação-participativa que já realizamos, condicionando, em virtude do significado teórico-prático, científico-cosmológico, acadêmico-popular, nosso atual projeto intitulado NAPI Alimento e Território (2022-2026), supracitado. Ali, entre junho de 2023 e janeiro de 2025, trabalhamos com 144 famílias rurais, distribuídas em oito municípios do sudoeste e do litoral do Paraná, totalizando cerca de 385 pessoas, às quais podemos acrescentar um número considerável de consumidores urbanos, via PAA/PNAE (em Salgado Filho, Marmeiro e Francisco Beltrão), da feira Vila Nova (Francisco Beltrão), do grupo das cestas (Unioeste) e das famílias que recebem em casa os alimentos encomendados (em Salgado Filho, Francisco Beltrão e Marmeiro). No total, são mais de 487 hectares abrangidos com nossas pesquisas e cooperações no espaço rural, onde a média dos estabelecimentos é de 9,02 hectares de terras.

Para detalhar um pouco a amplitude do nosso trabalho, considerando o método das coexistências assumido deliberadamente pela equipe da Unioeste – Francisco Beltrão, sem se descolar, obviamente, da pesquisa-ação realizada pelos/as demais colegas a partir das suas opções, escolhemos alguns dados de Francisco Beltrão. No mesmo período anteriormente mencionado, ou seja, entre junho de 2023 e janeiro de 2025, período no qual, além da pesquisa, também já fomos distribuindo as sementes orgânicas e as matrizes de batata-doce e mandioca, conforme as demandas das famílias. Por meio da fundamental mediação feita pela diretoria da COOPAFI-Francisco Beltrão e por seu técnico em agroecologia, trabalhamos com 16 famílias rurais, para as quais distribuímos, gratuitamente, 22 variedades de sementes. Somando as entregas, houve o total de 169 solicitações (e distribuições), com destaque para cenoura (14% das solicitações e entregas), alface (10%), vagem (8%), abóbora de tronco, pepino, abóbora tortuga (6% cada) e beterraba, pimentão, rabanete, abóbora menina, brócolis (5% cada), seguidas, em ordem decrescente, pelas sementes de rúcula, almeirão, berinjela, couve-flor, repolho, salsa, cebola e tomate. Estas sementes foram cultivas em estabelecimentos rurais que têm, em média, 12,2 hectares, onde vivem 52 pessoas, sendo 18 idosas e 8 crianças. As demais, são adultos/as e jovens, gerando a média de 3,6 pessoas por família. Neste período, especialmente nos meses de setembro e outubro de 2023 e em janeiro e fevereiro de 2024, exatamente metade das famílias teve perda de parte do cultivo das sementes,

respectivamente, em virtude das geadas da primavera e das altas temperaturas do verão. Por isto, 94 % das famílias produziu para o consumo familiar e, “apenas” 75% conseguiu comercializar parte da produção via COOPAFI, aos consumidores fidelizados e por meio das entregas em domicílios urbanos de Francisco Beltrão. Estamos grifando o “apenas”, porque, mesmo com as perdas, consideramos um percentual significativo, cujos resultados financeiros também foram, evidentemente, diferentes entre as famílias.

Em nossa práxis territorial, portanto, trabalhamos de forma multidirecional e multilateral, coexistindo formação, pesquisa e ação de cooperação, articulando, de maneira reticular, distintos “nós” (*nodo; carrefour; incrocio; intersection, knot*), como a COOPAFI – Francisco Beltrão, COOAFASP – Salgado Filho e o IDR – Marmeleiro. Estes “nós” têm mais ou menos complexidade, de acordo com as diferentes estações do ano, com o nível de envolvimento das pessoas, com a proatividade, com os níveis de confiança e interesse etc. Não atuamos numa comunidade construída em certa área.

Trabalhamos com mediações institucionais (“nós”) e redes de reciprocidade com famílias que estão dispersas em cada município de pesquisa-ação, territorializando-nos da melhor maneira possível para compreender e explicar as singularidades que consideramos essenciais para resolver problemas em distintas temporalidades históricas (immediatas e a curto prazo, já que nosso projeto tem uma temporalidade histórica bem definida) e rítmicas (com algumas instituições e pessoas, as colaborações são mais rápidas, com outras, mais lentas).

Assim, nossa ancoragem está centrada nas instituições parceiras, de forma sistemática, e nos estabelecimentos rurais, de maneira pontual. Além disto, temos duas ancoragens territoriais semanais, que são o campus da Unioeste- Francisco Beltrão, onde está nosso laboratório e o grupo de consumidores fidelizados e, também, a feira Vila Nova, nesta mesma cidade. Estamos em movimento constante no território, em direções e ritmos distintos, formando ondas e conexões diversas. Será que estamos fazendo comunidades desta forma reticular (“nó”-rede) sem uma delimitação areal precisa?

Consoante estava previsto no projeto do NAPI Alimento e Território, acreditamos que nossa atuação é pluridimensional (econômica, política, cultural e ambiental), participativa, horizontal, dialógica, e, de modo mais geral, transtemporal e transterritorial, atuando nos níveis do local (estabelecimentos rurais, bairros, cidades, municípios), regional, estadual, nacional e internacional, com destaque, nesta oportunidade, para as

relações e redes que realizamos nos níveis do território, no sudoeste do Paraná. Sempre tentamos olhar, perceber e compreender o que está perto e longe, simultaneamente; o presente condicionado pelo passado e gerando o futuro; o campo e a cidade, o rural e o urbano integrados por meio das distintas territorialidades e redes cotidianas.

As picuinhas do mundo e as preocupações de curto prazo não deveriam nos distrair do enorme escopo do que a ciência pode nos ensinar a respeito do planeta. [...] Mas olhe para o alto. E olhe ao seu redor. Temos um universo fascinante para cultivar, apreciar e entender (Randall, 2022, p. 378).

Essas relações e redes, normalmente, coexistem no tempo e no espaço, porém, podem suceder historicamente, numa sequência didática que consideramos adequada e necessária para atingir nossos objetivos. Aliás, com todas as instituições citadas nos Quadros 1 e 2, estamos mantendo relações históricas, na direção da reciprocidade, no entanto, em alguns períodos, estas estão mais fortes com algumas instituições, dependendo da fase, do procedimento e do foco dado nas nossas ações. Com o IDR – Francisco Beltrão, com o PMO – Francisco Beltrão e com a UNICAFES – Francisco Beltrão, as cooperações são mais pausadas no tempo e no espaço; já com as cooperativas da agricultura familiar e com o IDR – Marmeleiro e, evidentemente, com as famílias camponesas, trabalhamos de forma continuada e intensa, principalmente em períodos de plantio e comercialização da alimentação produzida.

Há relações de formação, pesquisa e cooperação que são diárias e semanais, internas à nossa equipe e também externas, sobretudo com representantes das cooperativas supracitadas. Há territorialidades semanais e quinzenais, que temos com os consumidores dos grupos fidelizados e com os feirantes. Assim vamos construindo nossa gestão territorial, adequando-se às demandas e sempre atentos aos objetivos do NAPI Alimento e Território, considerando, obviamente, os prazos e as demais condições que temos.

Nossa pesquisa-ação-participativa, então, ora assume mais densidade, ora mais rarefação. Podemos iniciar certo processo com destaque para a pesquisa com uma análise participativa ou mesmo das ações de cooperação (Quadro 3), mas também podemos, como tem ocorrido em nossa práxis, tentar coexistir pesquisa e ação de cooperação – processo, aliás, bastante delicado e difícil -, ou seja, pesquisa participante (com o máximo possível de participação dos sujeitos de cada projeto) e ação participativa (com o máximo possível de colaboração na resolução de problemas) – Quadro 4. Às vezes, a pesquisa e

ação estão distantes no tempo, às vezes acontecem simultaneamente, de forma versátil, sem modelos e dogmas.

Quadro 3 – Fases e oscilações da práxis em pesquisa-ação-participativa

PESQUISA	AÇÃO	PARTICIPATIVA
PESQUISA	AÇÃO	PARTICIPATIVA
PESQUISA	AÇÃO	PARTICIPATIVA

Org.: Marcos Saquet, maio 2024.

Quadro 4 – A coexistência em nossa práxis em pesquisa-ação-participativa

PESQUISA	AÇÃO	PARTICIPATIVA/COOPERAÇÃO

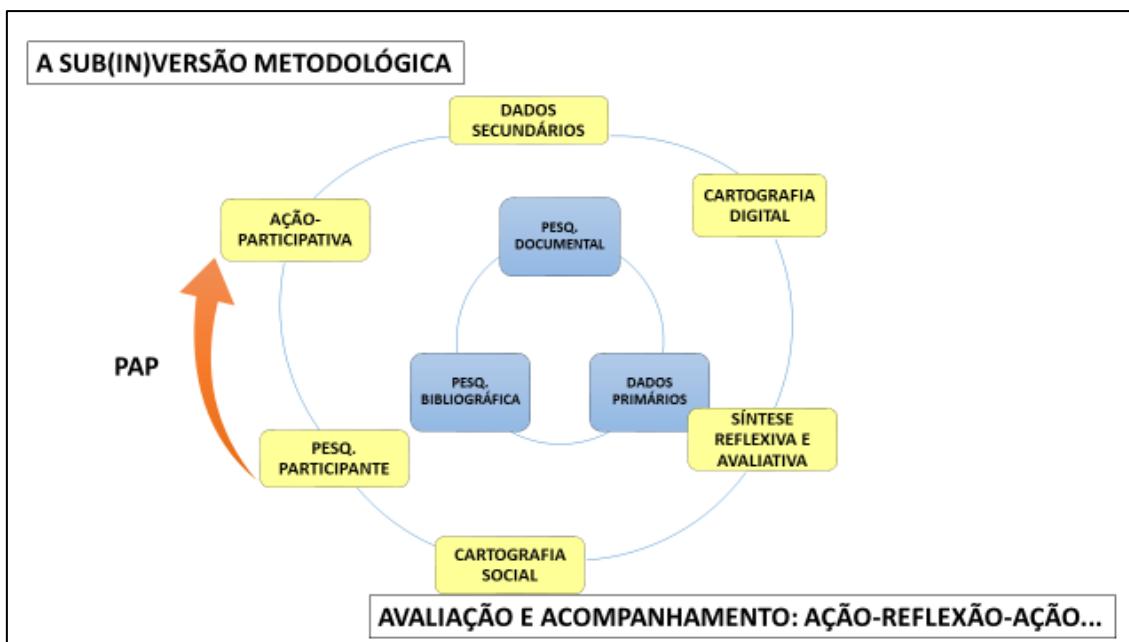
Org.: Marcos Saquet, dez. 2024.

Há, desse modo, uma espécie de polifonia territorial, multidirecional, cruzada, sobreposta e coexistente (Saquet, 2023, 2024), em que fazer comunidade é essencial para ensinar-aprender, pesquisar-cooperar, dialogar e participar, enfim, para coproduzir interpretações e soluções próprias, com o máximo de autonomia decisória possível. E, uma das aprendizagens que tivemos ao longo dos anos reforça a necessidade de sub(in)versão metodológica (Figura 3) que é, ao mesmo tempo, teórico-conceitual e política.

Enfim, muito nos esforçamos para superar as tradicionais fases, repetidas ano após ano em ciências sociais, para coexistir pesquisa bibliográfica e documental com a coleta e tratamento dos dados secundários e com a realização de oficinas. Ao mesmo tempo, também vamos aplicando questionários (somente quando é estritamente necessário para atingir os objetivos e as metas) e fazendo as entrevistas que consideramos chaves para a pesquisa-ação. E este movimento é ondulatório e transtemporal, ou seja, podemos ir e vir, sempre com versatilidade e sensibilidade (apesar das dificuldades que isto significa), mas sem perder de vista o que está sendo entendido e decidido com os sujeitos do NAPI Alimento e Território. Não há, portanto, um modelo teórico-metodológico para ser aplicado, o que certamente comprometeria o êxito da nossa proposta. Não há imposição

de verdades teóricas e conceituais absolutas, nem tampouco de referências acadêmico-científicas e técnicas de pesquisa-ação.

Figura 3 – A sub(in)versão metodológica versátil e horizontal.



Org.: Marcos Saquet, jan. 2025.

Desse modo, *comunalidad*, talvez seja, para nós, uma práxis fundamental – seja em rede-rede, seja nó-rede -, como alertara Barkin (2023), para compreender e realizar cada gestão partilhada da vida, contrapondo-se ao mercado global. *Comunalidad* por ser transformada num *concepto-accion*, como ocorre em alguns movimentos sociais indígenas, camponeses e afrodescendentes na Colômbia, por meio das suas representações e singularidades de luta pela terra, pelos direitos humanos e por projetos alternativos de desenvolvimento vinculados à paz territorial (Peña, 2019).

Também pode corresponder a uma alternativa ao desenvolvimento, como filosofia e prática do bem-viver (Alcântara, Sampaio, 2019), num movimento maior de efervescência de processos autoorganizativos a favor da justiça social, urbana e rural, indígena, camponesa, afrodescendente etc., revelando-se a heterogeneidade da sociedade e da natureza, e tentativas de práxis de descolonização e autonomia decisória. Pode-se, assim, desafiar cada vez mais “o padrão colonial de poder” vigente na América Latina, retirando da invisibilidade populações excluídas classificadas como inferiores (Lisboa, 2019, p. 47).

Será que estamos trabalhando nesta direção de conceitos-ações ou conceitos-práxis, contribuindo para coproduzir uma ciência territorial própria?

Esperamos que sim, num movimento, embora turvo, lento, difícil e tortuoso, a favor dos bem-viveres, sempre em íntima relação corpo-território-Terra-energia-ondas-cosmo, para viver em paz, serenidade, segurança, enfim, com autenticidade e felicidade. Isto porque nos parece vital viver uma cosmovisão mais sensível e humana, resgatando o “*corazonar*” e interatuando com o mundo a favor do “*buen con-vivir*” (Quintero Weir, 2021) ou “*buen convivir*” (Acosta, 2016 [2012]) ou ainda “*con-vivir bien*” (Estermann, 2013). Reconhecer-se-á, então, cada vez mais intensamente, a pluralidade de sujeitos, ecossistemas e culturas, reconstruindo-se identidades e tecnologias, organizações políticas e ambientes, em projetos sempre inacabados – plural – (Loera González, 2015; Estermann, 2013).

O bem-viver é processual, contínuo, muda entre diferentes povos e comunidades, no tempo e no território. Nos Andes, há grupo originários para os quais o “*vivir bien*” está centrado no equilíbrio cósmico que se tenta viver cotidianamente (Estermann, 2013) e isto é extremamente normal e heterogêneo na Abya Yala. Assim, o futuro se encontra no passado-presente, vivido, ritualizado, num movimento cíclico cósmico e ecológico, humano e não humano, por isto, as decisões são comunitárias e não individuais. Finalmente, podemos retornar à questão expressa no título deste texto, ou seja, o que pode significar estar e viver fora do eixo? Significa estudar e viver sem (cons)ciências próprias?

“La casa es una sola y debe de cobijar a todas y todos por igual, incluyendo al mundo espiritual, religioso y meteorológico” (Estermann, 2013, p. 6).

Referências

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária: Elefante, 2016 [2012].

ALCÂNTARA, L.; SAMPAIO, C. Kume Mogñemía: bem viver uma interface com o movimento slow e a agroecologia. In: DENARDIN, V.; ALVES, A. (org.).

Desenvolvimento territorial: olhares contemporâneos. Londrina, PR: Editora Mecenas, 2019, p. 131-139.

BARKIN, D. Alternativas del sur global para enfrentar las crisis social y ambiental, **Debates en Sociología**, n. 57, 2023, p. 41-59. DOI: <https://doi.org/10.18800/debatesensociologia.202302.002>

BONILLA, V.; CASTILLO, G.; FALS BORDA, O.; LIBREROS, A. **Causa popular, ciencia popular**. Bogotá: Publicaciones de La Rosca, 1972.

CASTRO-GÓMEZ, S. Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: PALERMO, Z. (org.). **Des/decolonizar la universidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2015, p. 69-83.

CICHOSKI, P. **Saberes-Fazeres Socioambientais Fronteiriços**: Sentipensando Experiências Territoriais. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Pato Branco: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2025. Disponível em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/36660>>. Acesso em: 15 jul. 2025.

ESTERMANN, J. Ecosofía andina: Un paradigma alternativo de convivencia cósmica y de Vivir Bien, **FAIA**, vol. II, n° IX-X, 2013, p. 1-21.

FALS BORDA, O. La ciencia y el pueblo: In: GROSSI, F.; GIANOTTEN, V.; WIT, T. (org.). **Investigación participativa y praxis rural**. Lima: Mosca Azul, 1981, p. 19-47.

FALS BORDA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação social. In: BRANDÃO, C. R. (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006 [1980], p. 42-62.

FALS BORDA, O. La crisis, el compromiso y la ciencia. In: MONCAYO, V. (org.). **Una sociología sentipensante para América Latina**. Ciudad de México: Siglo XXI; Buenos Aires: CLACSO, 2015 [1970], p. 219-252.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005 [1961].

GUERRERO ARIAS, P. **Corazonar**. Una antropología comprometida con la vida. Miradas otras desde Abya-Yala para la decolonización del poder, del saber y del ser. Quito-Ecuador: Ediciones Abya-Yala/UPS, 2010.

LISBOA, A. Brasil, despertar ontológico. In: DENARDIN, V.; ALVES, A. (org.). **Desenvolvimento territorial**: olhares contemporâneos. Londrina, PR: Editora Mecenas, 2019, p. 33-48.

LOERA GONZÁLEZ, J. J. La construcción de los buenos vivires; entre los márgenes y tensiones ontológicas, **Polis - Revista Latinoamericana**, 2015, n. 40, p. 1-19. DOI: <https://doi.org/10.4067/S0718-65682015000100006> Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/10654> Acesso em: 20 jan. 2025.

MARTÍNEZ SINISTERRA, R. Descolonizar la práxis política, desmoronar el racismo assimilado en pueblos oprimidos. In: Ochoa, K. (org.). **Miradas en torno al problema colonial**. Ciudad de México: Ediciones Akal, 2019, p. 177-195.

PEÑA, L. **Paz territorial**: conectando imaginación moral e imaginación geográfica. Bogotá, Instituto Colombo-Alemán para la Paz (CAPAZ), 2019.

PÉREZ MORENO, M. O'tanil: corazón. Una sabiduría y práctica de sentir, pensar, entender, explicar y vivir el mundo desde los mayas Tzeltales de Bachajón, Chiapas – México. In: OCHOA, K. (org.). **Miradas en torno al problema colonial**. Ciudad de México: Ediciones Akal, 2019, p. 157-173.

QUIJANO, A. El fantasma del desarrollo en América Latina. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, v. 6, n. 2, p. 73-90, 2000.

QUIJANO, A. O que é essa tal de raça? In: SANTOS, R. (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**. Belo Horizonte: Gutenberg, 2007, p. 43-51.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina. In: ELÍAS, C.; CAMPILLO, R.; ROHÁN, D. (org.). **Lecturas de metodología de las ciencias sociales**. Chiapas: Sec. Educación del Estado de Chiapas: UNAM, 2011, p. 98-147.

QUINTERO WEIR, J. **Conocer desde el sentipensar indígena** – teoría y práctica del conocimiento para la vida. Universidad Autónoma Indígena, Guadalajara, México, 2021.

RANDALL, L. **O universo invisível**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SAQUET, M. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.

SAQUET, M. Socioeconomia e desenvolvimento territorial sustentável. In: DENARDIN, V.; ALVES, A. (org.). **Desenvolvimento territorial: olhares contemporâneos**. Londrina, PR: Editora Mecenas, 2019a, p. 61-76.

SAQUET, M. Ciência popular e contra-hegemonia no desenvolvimento. In: CURY, M.; MAGNAMI, E.; CARVALHO, R. (org.). **Ambiente e território: abordagens e transformações sociais**. Londrina: Madreperóla, 2019b, p. 33-49.

SAQUET, M. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2019c.

SAQUET, M. O conhecimento popular na práxis territorial: uma possibilidade para trabalhar com as pessoas, **AGEI - Geotema**, Supplemento 2019d, p. 5-16.

SAQUET, M. **Singularidades**: um manifesto a favor da ciência territorial popular feita na práxis descolonial e contra-hegemônica. Rio de Janeiro. Editora Consequência, 2022.

SAQUET, M. The Method of Coexistences in the University-Territory Interface. **Perspectiva Geográfica**, 28 (2), 2023, p. 1-20. <https://doi.org/10.19053/01233769.15892>

SAQUET, M. Reflexiones sobre la superación del academicismo en la relación universidad-territorio. In: MARÍA RAMÍREZ, A.; HIGUERAS ZAMORA, E.; RAMÍREZ VALVERDE, B. (org.). **Medio ambiente y sustentabilidad**: la dimensión epistémica del diálogo de saberes. Tlaxcala, México: El Colegio de Tlaxcala, 2024, p. 14-29.

SAQUET, M. et al. **Alimentos e comidas territoriais agroecológicas** (n.1). Francisco Beltrão, PR: Unioeste, 2024.

SAQUET, M et al. **Alimentos e comidas territoriais agroecológicas** (n. 2). Francisco Beltrão, PR: Editora Jornal de Beltrão, 2025.

Recebido em 15/08/2025. Aceito para publicação em 10/10/2025.